

IMPACTOS DA REVOLUÇÃO DE 1974 NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DOS DIÁRIOS PORTUGUESES

HELENA LIMA

UNIVERSIDADE DO PORTO

PATRÍCIA TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Resumo

A Revolução Portuguesa de 25 de abril de 1974 significou o início de um novo ciclo para os meios de comunicação social, que se traduziu numa série de transformações registadas na produção noticiosa. A abolição da censura e o estabelecimento da liberdade de expressão geraram mudanças drásticas no conteúdo de notícias, tendo a abundância de acontecimentos considerados como valor-notícia conferido ao fluxo informacional um ritmo sem precedentes. Estas novas dinâmicas levaram a uma transformação de conteúdos e de formatos. Este é um estudo preliminar sobre as primeiras páginas do *Diário de Notícias* e do *Diário de Lisboa*, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), para entender o impacto destes novos fatores em termos da cobertura jornalística na imprensa. A metodologia utilizada passa por uma abordagem quantitativa, com base numa grelha de categorias. Para além da recolha de dados, o estudo recorre à bibliografia e documentação disponíveis, como relatórios oficiais, legislação, etc.

Palavras-chave

Revolução; Imprensa; Primeiras páginas; Manchetes; Propaganda.

Introdução

A Revolução Portuguesa de 25 de abril de 1974 significou o início de um novo ciclo para os meios de comunicação social que se traduziu numa série de transformações registadas na produção noticiosa. A imprensa e os media em

geral sofreram o impacto dos acontecimentos políticos que se seguiram ao golpe militar. O fim da ditadura permitiu a abolição da censura, mas também deu lugar a uma onda de politização que viria a transformar-se numa radicalização política que acabaria por ter consequências no sistema noticioso, ao longo do período revolucionário. O estabelecimento da liberdade de expressão gerou mudanças drásticas no conteúdo de notícias e a abundância de acontecimentos considerados como valor-notícia conferiram ao fluxo informacional um ritmo sem precedentes, o que veio a gerar profundas mudanças no contexto da produção noticiosa. A primeira e mais óbvia remete para os acontecimentos políticos, já que os jornalistas foram pela primeira vez confrontados com uma enorme quantidade de factos que podem ser considerados como «hard news» (Schlesinger, 1987; Bell, 1991), e que passaram a ser objeto da cobertura jornalística. A Revolução abriu todo um mundo novo e as redações viram-se perante a necessidade de responder a um fluxo permanente de informações, numa clara oposição à letargia vivida durante a ditadura. Estas novas dinâmicas levaram a uma transformação de conteúdos e de formatos, mas também da premência da atualidade.

As capas da imprensa diária são um importante repositório que permite, para este período, analisar tanto a factualidade noticiosa, como os enquadramentos jornalísticos utilizados (Goffman, 1986; Entman, 1993; Reese, 2001). As manchetes da imprensa podem ainda revelar a extensão da propaganda, quer pelo formulário discursivo, quer pela relação com as fontes. O objetivo deste estudo é a análise dessas características durante o processo revolucionário em curso (PREC). O estudo das primeiras páginas procura compreender o impacto deste ciclo político em termos da cobertura jornalística e da influência da propaganda na imprensa. A metodologia utilizada passa por uma abordagem quantitativa, com base numa grelha de categorias que inclui aspetos como reportagem fotográfica, os atores da notícia, fontes e slogans, entre outros, sendo a análise de conteúdo feita com base nos elementos prevaletentes. Este estudo está ainda em fase de recolha de dados, pelo que os resultados são ainda exploratórios. Para além da recolha de dados, o estudo recorre à bibliografia e documentação disponíveis, como relatórios oficiais e legislação.

Contextos

Ao fim de quase meio século de ditadura, o processo político iniciado com o 25 de

abril veio pôr fim a um sistema repressor das liberdades e direitos, nomeadamente, a liberdade de imprensa. O golpe militar que ocorreu deu origem, por um lado, a um conjunto de transformações políticas colossais, mas, por outro, abriu também portas a uma escalada de confrontação entre as diferentes forças partidárias da altura, sendo que os próprios militares tiveram um papel preponderante em todo este processo.

Lado a lado com a luta pelo poder, no plano político-institucional, o país assistiu a uma profunda mudança no plano social:

- Encontraram-se novas formas de representatividade, nomeadamente no setor laboral, mas também a outros níveis;
- Lutas políticas, laborais e sociais contribuíram sobremaneira para a criação de um clima de conflitualidade que foi dominando as diversas franjas da população;

Este movimento de contestação e combate pela melhoria das condições de vida foi também fruto da entrada em cena das organizações partidárias, nomeadamente de extrema-esquerda, que lhe imprimiram um cunho muito radicalizado e geraram clivagens profundas de oposição social, mas que deram origem a diferenciações com incidências geográficas distintas.

Durante os meses de abril e maio, verificou-se o afastamento das personalidades ligadas ao anterior regime e durante o período mais radicalizado da Revolução – o “Verão Quente” –, houve um recrudescimento deste tipo de alterações. Igualmente, o movimento reivindicativo também subiu de tom neste período. A escalada de greves e ações de rua de trabalhadores correspondeu a uma radicalização do movimento sindical e de outras organizações de índole revolucionária e popular.

Todo este ambiente gerou factos, acontecimentos, entendidos como matéria noticiável: os *news values*, valores notícia do jornalismo (Shoemaker e Reese, 1996: 106). Contudo, no momento, já não seriam só os critérios de noticiabilidade a influir no conteúdo informativo, uma vez que havia uma enorme pressão que já se fazia sentir sobre as redações, por parte das diferentes forças políticas em confronto.

A comunicação social era, à data, entendida pelas diferentes organizações militares, partidárias e laborais, como parte integrante da sua estratégia de marketing. A procura do domínio dos meios de comunicação social foi outro dos traços transversais neste processo, dando origem a diversas situações de grande

tensão. Apesar disso, a defesa da liberdade de imprensa foi um princípio basilar, inicialmente reivindicado principalmente por profissionais, políticos e militares. No entanto, a luta pela conquista do poder levou a atropelos e medidas censórias, particularmente no auge do Processo Revolucionário em Curso (Palla, 1992; Mesquita, 1994; Lima, 2008). Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia. Foi entretanto discutida e aprovada uma nova Lei de Imprensa (1975), cujo documento foi conhecido em setembro de 1974, mas que viria a ser entendida como inadequada pelos setores mais radicais e pelo próprio Sindicato dos Jornalistas (Conselho de Imprensa, 1979).

Por sua vez, os militares empregaram uma prática manipuladora em relação aos meios de comunicação social, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária. Essa prática aprimorou-se com a implementação de mecanismos legais como a “Comissão *ad hoc*” ou a estratégica de propaganda da 5ª Divisão do Estado maior General das Forças Armadas. Com o 11 de março, o Conselho Superior da Revolução determinou a nacionalização da banca¹, sendo que o *Diário de Notícias* e quase a totalidade do Jornal de Notícias (por a maioria do capital ser detida pela Caixa Geral de Depósitos) seriam incluídos nesta ação. Os demais jornais seriam igualmente afetados, já que parte das empresas tinham sido compradas pela banca, passando a ter o estatuto de intervencionados. As exceções foram os jornais *República* e *Primeiro de Janeiro* (Cabrera, 2006; Lima 2012).

Com o fim do regime e respetivo derrube da ditadura, determinou-se o estabelecimento das liberdades cívicas entre as quais a liberdade de expressão. Ainda assim, alguns diários submeteram as provas à Comissão de Exame Prévio ou por desconhecimento do golpe militar ou por nem todos terem assumido esse ato de rebeldia. Segundo Mesquita (1994: 360), a maioria dos jornais saíram, pela primeira vez, sem serem visados pelos censores, numa antecipação da implementação da liberdade de pensamento, prevista no programa do MFA.

A revolução portuguesa transformou, assim, profundamente, toda a atividade informativa. A primeira e mais óbvia das novidades prendeu-se com os próprios acontecimentos políticos, já que os jornalistas passaram a ter um enorme manancial

1 As nacionalizações das empresas jornalísticas decorrem da aprovação do Decreto-Lei N.º 132-A/75, de 14 de março de 1975 e do Artigo 1.º - 1. Que determinou que seriam “nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes” e onde se englobaram todas as participações que a banca tinha nos mais diversos setores, nomeadamente a imprensa. Esta medida abriria campo para que o Estado se tenha tornado, a partir de legislação aprovada em 1976, o maior grupo de media em Portugal, por mais de uma década.

de factos, *hard news* (Schlesinger, 1987; Bell, 1991), que exigiam cobertura noticiosa. Pela primeira vez as redações viram-se confrontadas com a necessidade de dar resposta a uma constante cadência informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente. Esta nova dinâmica levou a uma transformação dos conteúdos. As primeiras páginas dos jornais constituem, assim, um espelho deste processo, quer pela factualidade noticiada, quer pelos enquadramentos jornalísticos desenvolvidos (Entman, 1993; Reese, 2001), quer ainda pela impressão que a propaganda viria a deixar nos jornais diários portugueses.

Estudo de caso: as primeiras páginas dos jornais e o processo revolucionário

Foram dois os diários usados como amostra neste estudo, o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa*. No seu conjunto representam a diversidade de formatos existente naquele período, a nível nacional. Um matutino e um vespertino, ambos da capital Lisboa.

O *Diário de Notícias* é um jornal centenário, fundado em 1864 por Eduardo Coelho e pautou-se por um percurso de sucesso desde a sua fundação. À data do 25 de abril era propriedade da Empresa Gráfica Nacional e o seu capital inseria-se no âmbito das empresas estatais. Terá sido um dos jornais com maior tiragem e também reconhecidamente, com um posicionamento mais conservador no anterior regime. Apesar das transformações ocorridas já no período marcelista e do novo diretor, Fernando Fragoso (Cabrera, 2006), a redação permaneceu envelhecida e pouco aberta a inovações (Correia e Baptista, 2009). Daí que a sua orientação não tenha inspirado confiança ao chefe da Junta de Salvação Nacional. A direção do *Diário de Notícias* seria, pouco depois, confrontada pelos processos de saneamento e, em 25 de junho de 1974, depois de um processo de consulta aos jornalistas, seriam empossados José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos (Gomes, 2012).

O *Diário de Lisboa*, criado em 1921, pertencia à empresa Renascença Gráfica, Lda. Foi igualmente alvo de transformações no período final da ditadura, altura em que de matutino se converteu em jornal da tarde. Em 25 de abril de 1974, e depois de um conjunto de reformas e conflitos, encontrava-se à frente do jornal, Ruella Ramos (Cabrera, idem). O *Diário de Lisboa* seria muito mais dinâmico que o *Diário de Notícias*, dada a entrada de novos jornalistas para a redação, que lhe imprimiram

um cunho muito mais inovador (Correia e Baptista, 2009). Com o 25 de abril, Ruella Ramos manter-se-ia como diretor, ainda que um ex-quadro militar tenha sido nomeado para a administração do jornal, na sequência das nacionalizações do 11 de março e o seu impacto na propriedade da imprensa (Lima, 2008).

A recolha de dados, para este estudo concreto, dos jornais *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*, incide nas edições desde o 25 de abril de 1974 e vai até ao rescaldo do 25 de Novembro de 1975 e tem como objetivo o estudo das primeiras páginas para melhor entender os enquadramentos jornalísticos deste período, do ponto de vista do valor notícia e da hierarquia noticiosa (Roskos-Ewoldsen e Roskos-Ewoldsen, 2002: 97), mas também através da identificação das fontes, sempre que possível, e da inserção de inputs oficiais e respetivos autores.

Tratando-se, como já se disse, de um estudo em curso, e dada a recente recolha, serão aqui apresentados os dados relativos a uma abordagem exploratória dos dois diários. A primeira amostra incide no período que vai das edições do dia 25 de abril de 1974 a 31 de maio do mesmo ano. Este intervalo temporal justifica-se pela importância dos acontecimentos, mas também pela transformação radical que se operou nos jornais.

A ficha que serviu de modelo para os elementos apresentados foi criada no sentido de responder aos objetivos definidos anteriormente e, em primeira instância, a uma caracterização da primeira página de cada um dos jornais, em termos de quantificação de notícias, fotografias e número de edições. Segue, abaixo, um exemplo desta ficha, escolhida aleatoriamente de entre todas as preenchidas. Refere-se ao dia 2 de maio do *Diário de Lisboa*.

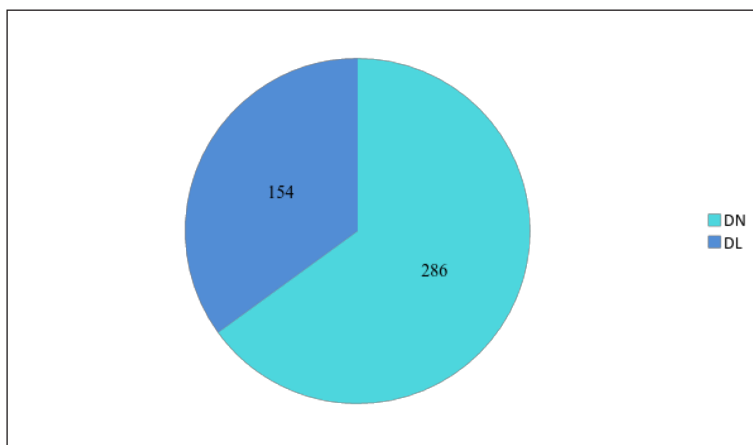
Tabela 1— Ficha das primeiras páginas de jornais: exemplo do *Diário de Lisboa*

Nome	Diário de Lisboa
Data	2 de maio de 1974, quinta.
Data 2ª edição	
Local de Publicação	
Número de notícias	2.
Manchete principal	O povo unido jamais será vencido.
Manchete com /sem foto	Com.
Descrever a foto	Multidão reunida na Estádio 1º de maio para comemorar o dia do trabalhador.

Lead	
Fonte(s)	
Editoria	Política.
Comunicado Oficial	
Página(s) onde vem a notícia	P. 14 e 15 (manifestação de Lisboa). Noutras páginas fala-se da manifestação noutras cidades.
Outras notícias	Sim. O 1º de maio da libertação. Festa da fraternidade do povo português.
Local na página	Parte inferior.
Manchete com/ sem foto	Com.
Descrever a foto	Marinheiros e populares a manifestarem-se.
Lead	
Fonte(s)	
Editoria	Política.
Comunicado Oficial	
Página(s) onde vem a notícia	P. 14 e 25.

A amostra em estudo incide sobre 440 notícias, recolhidas no período referido, e apresenta, desde logo, uma grande disparidade entre os dois diários da capital. A principal nota a destacar é, então, que o número de notícias é bastante mais elevado no *Diário de Notícias*.

Gráfico 1 – Número de notícias recolhidas entre 25 de abril e 31 de maio de 1974



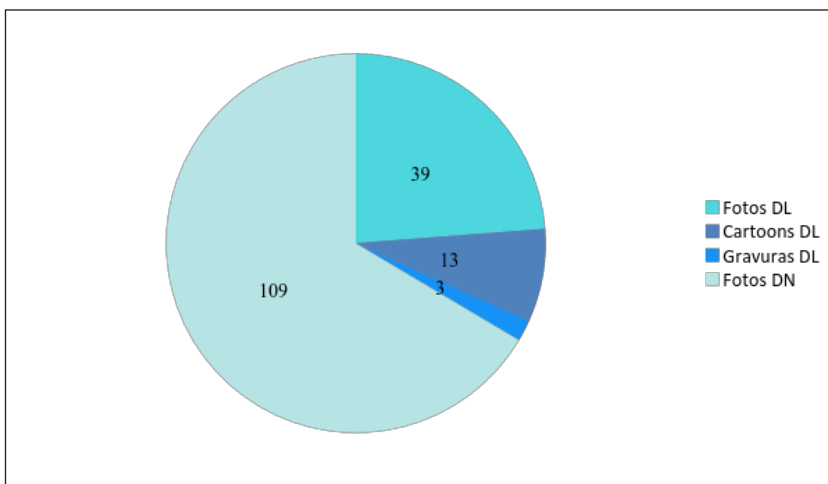
O *Diário de Notícias* é o jornal com mais dias contabilizados, porque estão disponíveis duas edições para o dia 25 de abril e porque se publicou nos dias 1 e 2 de maio. No *Diário de Lisboa*, são apenas sete dias e os dois primeiros, são segundas edições. No dia 1 de maio não houve jornal, mas a reportagem sobre este dia saiu a 2.

Quanto à média de notícias publicadas na primeira página, o *Diário de Notícias* apresenta um grande número de chamadas entre nove e treze, valor aproximado que se manterá nos meses seguintes. A única exceção a esta tendência é no dia 2, quando a manchete é o 1º de maio e onde se publicam apenas duas notícias.

O *Diário de Lisboa* é aquele que apresenta uma média inferior, com cerca de cinco, seis notícias por cada número e mais uma vez com a edição do 1º de maio a apresentar apenas duas notícias. Este valor não corresponde ao número de notícias no *layout* tradicional, que era à volta de seis. Esta tendência de poucas chamadas à primeira página manteve-se no período seguinte.

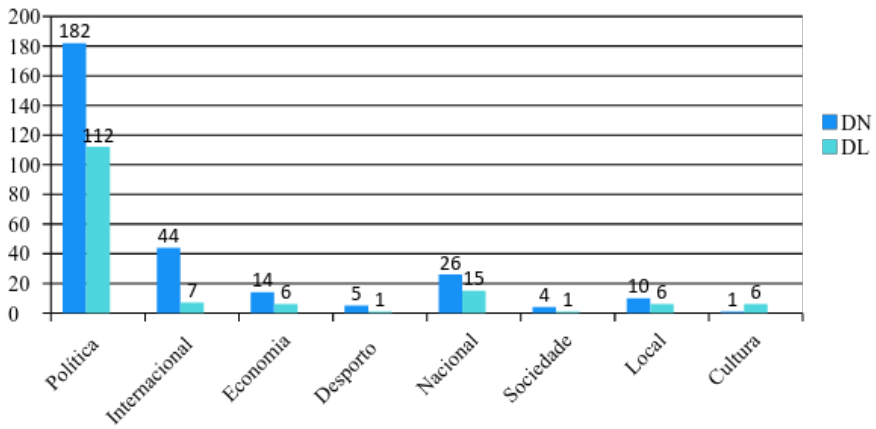
O critério apresentado em seguida prende-se ainda com aspetos de forma. Na maioria dos dias estudados, as manchetes e demais notícias eram essencialmente seguidas de texto. Outra tendência era o tratamento da informação da capa nas páginas seguintes, mas em vários casos, o texto da primeira página era já a notícia completa, em particular no *Diário de Notícias*. A utilização de fotografias é igualmente variável em cada diário.

Gráfico 2 – Número de fotografias, cartoons e gravuras recolhidos entre 25 de abril e 31 de maio de 1974



Apesar de os dois diários apresentarem, em regra, uma grande mancha de texto, importa destacar uma característica comum a ambos: a cobertura do 1º de maio obedeceu ao critério de publicação de pelo menos uma grande fotografia que procurava dar a dimensão multitudinária do acontecimento.

Gráfico 3 – Distribuição de notícias por editorias entre 25 de abril e 31 de maio



É clara a preponderância da editoria Política, o que era espetável. Convém, contudo, explicar algumas disparidades e resultados. Como salientou Manuel Neto da Silva, naquele período “Naquela época, não havia mais nada senão política” (Lima, 2012: 89). Significa isto que algumas das notícias categorizadas como Nacional podem ser ainda entendidas como Política. Assim, com exceção das notícias referentes às edições ainda vistas pela Comissão de Exame Prévio, do dia 25 de abril, quase todas as demais estão direta ou indiretamente ligadas ao golpe militar. Relativamente às notícias categorizadas como Internacional, nota-se que esta é a segunda editoria mais importante no *Diário de Notícias*, o que se justifica pela importância dada às eleições francesas. No entanto, algumas das notícias categorizadas como Internacional, em ambas as publicações, podem igualmente ser entendidas como Política (por exemplo, as notícias do estrangeiro, emanadas por agências – com a Reuters em primeiro plano – têm a ver com o reconhecimento do novo regime).

Quanto à editoria Nacional (a segunda categoria com mais notícias no *Diário de Lisboa*) nela são incluídas notícias relativas, por exemplo à abertura dos aeroportos e

ao 1º de maio, porque se referem a este acontecimento, justamente, como celebração nacional. Porém, também a maioria destas notícias têm um cunho político. Na categoria Economia, e em ambos os jornais, os títulos referem-se ao sistema bancário e seus agentes, a notícias ligadas quer a medidas da Junta de Salvação Nacional, quer do governo, para regularizar situações na banca, salários, etc.

Em termos de análise de conteúdo, podem ser destacados alguns aspetos comuns aos dois diários. As edições que nos dois jornais noticiam o golpe pela primeira vez, usam a rádio como fonte para construir a notícia. Os próprios comunicados do Movimento das Forças Armadas são tirados do Rádio Clube Português. Estes diários só começam a produzir notícias próprias quando, no segundo dia, fazem a reportagem dos acontecimentos, mas sempre incluindo informação oficial. Um dos títulos mais curiosos do *Diário de Notícias* é a recusa de Spínola em dar uma entrevista ao jornal. Esta recusa poderá estar ligada à imagem conservadora deste jornal, mas de facto, o primeiro contacto de Spínola com os meios de comunicação social teria lugar a 27, quando terá dado a primeira conferência de imprensa aos jornalistas, também segundo o *Diário de Notícias*.

Outro fator comum a ambas as publicações é o lugar de destaque dado à editoria Política, conforme já se viu no gráfico 3.

Existem, igualmente, especificidades inerentes a cada um dos jornais. Um dos aspetos que diferencia os dois diários é o número de notícias que cada edição continha, uma vez que o *Diário de Notícias* tinha muitas mais.

Em relação à cobertura fotográfica, percebeu-se que o *Diário de Notícias* mostrou maior diversidade. Porém, a cobertura fotográfica só começa a ser diversificada nos dias seguintes ao golpe de estado, pelo que se nota um certo comedimento na cobertura dos acontecimentos de rua, por exemplo. É curioso o *Diário de Lisboa* ter escolhido duas imagens de Abel Manta (que são referidas por terem sido cortadas pela censura) e não as imagens das ruas de Lisboa.

A grande expressão popular em imagem é univocamente tratada pelos dois diários e corresponde às fotografias de meia página que retratam as celebrações do 1º de maio, como grandes fotografias do povo nos comícios. Este acontecimento é também enquadrado, em termos de discurso, de forma similar: antes das celebrações há o apelo à serenidade e cidadania e nas peças em que se dá a notícia, evidencia-se a maturidade democrática, ao contrário da ideia propagada pelo anterior regime.

Considerações Finais

A Revolução do 25 de abril de 1974 provocou alterações profundas na imprensa portuguesa. O programa do Movimento das Forças Armadas previa o fim da censura prévia e no período que se seguiu ao golpe militar, a imprensa pôde usufruir da liberdade de expressão. Os jornais tornaram-se o reflexo dos acontecimentos que viriam a ser vividos no país.



Figura 1 – Capas do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias*

Após o golpe militar e as celebrações iniciais, o país viveu momentos conturbados nos planos político, económico e social. A factualidade noticiosa multiplicou-se e as primeiras páginas dos jornais refletiram essa transformação. A imprensa foi chamada a dar cobertura a valores notícia essenciais ao jornalismo, mas foi igualmente arrastada na escalada da luta política que se seguiu. O primeiro momento dessa transformação política deu-se com o afastamento de chefias coniventes com a ditadura. Contudo, a politização das redações acabaria por se implementar em consequência de um conjunto de fatores. De entre eles destacam-se a própria essência do processo político e reivindicativo, mas também a forma como os militares conceberam o papel da comunicação social. A nova Lei de Imprensa, que deveria ser

o documento enquadrador da liberdade jornalística, foi posta em causa e contestada pelos profissionais. Este quadro global gerou configurações muito específicas que ficaram patentes nas primeiras páginas dos jornais.

Neste estudo preliminar podem, desde logo, apontar-se algumas dessas influências nas capas do *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*. Nos dois diários podem ser encontrados alguns elementos comuns, mas também elementos de especificidade. Um fator de diferenciação entre os jornais é o número de notícias. Neste campo, o que apresenta uma maior alteração em relação ao período anterior é o *Diário de Lisboa*, com uma média bastante inferior. O *Diário de Notícias* mantém valores idênticos, tendência que se vai manter durante o resto do período revolucionário.

Quanto à divisão temática em editoriais, os resultados não são surpreendentes, já que a Política ocupa lugar destacado em ambos os diários. De referir que o peso de Internacional se deve, sobretudo, às edições vistas pela censura.

A cobertura fotográfica apresentou também alguns aspetos curiosos, com o *Diário de Notícias* a mostrar menor diversidade. A grande alteração do protagonismo da imagem dá-se com o 1º de maio, com as grandes fotografias do povo nos comícios.

Quanto à análise de discurso, o tratamento noticioso para este intervalo temporal, revela uma linguagem sóbria e cautelosa, que é evidenciada pela relação permanente com os comunicados oficiais. Esta ideia é realçada por duas situações: as notícias do golpe militar têm todas como fonte o *Rádio Clube Português*; antes das celebrações do 1º de maio os dois diários fizeram apelos à serenidade pública, e pode ser o resultado dos títulos transmitirem as próprias preocupações da Junta de Salvação Nacional.

Assim, e escrutinando publicação por publicação, pode perceber-se que, ao longo de todo o mês de maio, no *Diário de Notícias*:

- Se acentua a remissão para as fontes oficiais;
- Inclui mais comunicados da Junta de Salvação Nacional ou do 1º governo provisório;
- Passa a abarcar comunicados das forças partidárias;
- Contém entrevistas às novas personalidades políticas;
- Grande número de notícias de Política relacionam-se com as negociações relativas ao problema colonial;
- As notícias de Internacional remetem sobretudo para as eleições francesas, mas algumas referem-se ao que se passa em Portugal.

Por sua vez, no *Diário de Lisboa*:

- Nota-se um aumento de notícias o que indicia que confere maior valor notícia à Política;
- A segunda editoria é Nacional, mas neste caso, como em Sociedade, Economia ou Local, as notícias remetem para temas de base política, como greves, decisões administrativas, decisões sobre banca ou salários (válido para os dois diários);
- O *Diário de Lisboa* optou pela crítica política e social através dos cartoons de Abel Manta, conferindo à 1ª página um tom mais ligeiro;
- O mesmo é válido para o número de chamada de notícias à capa, com títulos maiores e menor mancha de texto.

BIBLIOGRAFIA

Bell, A. (1991), *The Language of News Media*, Oxford: Blackwell.

Cabrera, A. (2006), *Marcello Caetano: poder e imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte.

Conselho de Imprensa (1979), *A imprensa escrita em Portugal: abril de 1974 a Julho de 1976*. [Doc. Policopiado]. Lisboa: Conselho de Imprensa.

Correia, F. e Baptista, C. (2009), *Memórias Vivas do Jornalismo*, Lisboa: Editorial Caminho.

Entman, R. M. (1993), *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*. In *Journal of Communication* 43 (4): 51-8.

Goffman, E. (1974), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, New York, NY et al.: Harper & Row.

Gomes, P. M. (2012), *A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975)*. In *Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 Nº 2* –
<http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p36> 8

Lima, H. (2008), *Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e rupturas*. [Doc. Policopiado]. Porto: [Ed. do autor]. [tese de doutoramento].

Lima, H. (2012), *A Imprensa Portuense e os Desafios da Modernização*, Lisboa: Livros Horizonte.

Mesquita, M. (1994), Os Meios de Comunicação Social In Portugal: 20 Anos de Democracia, coord. Reis, A., Lisboa, Círculo de Leitores, p. 360-405.

Palla, M. A. (1992), A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In Reis, António dir. - Portugal Contemporâneo, Lisboa: Publicações Alfa, p. 269-270.

Reese, S. D. (2001), Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Roskos-Ewoldsen, D. R. e Roskos-Ewoldsen, B. (2002), Media priming: A synthesis. In J. B. Bryant & D. Zillmann (Eds.), Media effects in theory and research, 2nd ed, p. 97-12.

Schlesinger, P. (1987), Putting 'Reality' Together, 2nd edition, London: Methuen.

Shoemaker, P. J. e Reese, S. D. (1996), Mediating the message: Theories of influences on mass media content, White Plains, Longman.